



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA CIVIL DA COMARCA DE TURURU-CEARÁ.

JUSTIÇA GRATUITA
URGENTE

COM PEDIDO DE TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL ART. 71 DA LEI 10.471/03.

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO **DPVAT**

Estado do Ceará
Poder Judiciário
Comarca de
Vara
Recebida hoje e protocolada sob o
nº 0001
08 de Janeiro de 2018
Encaminhado (a) do Protocolo

OSMEZINO BARROSO CORDEIRO, brasileiro, casado, aposentado rural, portador da cédula de identidade sob o n.º. **1.278.889**, expedida pela Secretaria de Polícia e segurança Pública do Estado do Ceará, inscrito de cadastro de pessoas físicas CPF sob o n.º. **357.763.003-00**, residente e domiciliado no PV de Alto dos Carneiros, Centro, Município de Tururu, Estado do Ceará-CEP: 62657000. **MARIA RODRIGUES CORDEIRO**, brasileira, casada, aposentada rural, portador da cédula de identidade sob o n.º. **1142084-86**, expedida pela Secretaria de Polícia e segurança Pública do Estado do Ceará, inscrito de cadastro de pessoas físicas CPF sob o n.º. **518.124.443-20**, **residindo no mesmo endereço do cônjuge varão**, em, respeitosamente, perante este juízo, na pessoa de seu procurador/advogado OAB-CE, n. **32.741**, com regular procuração em anexo, que esta subscrevem, profissionalmente estabelecido na Av. Duque de Caxias 379, centro de Itapipoca-CE, e-mail bernardocastro0612@gmail.com telefone (85)992047470 onde recebem as intimações de estilo ao final subscrita, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT** em face da seguradora da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, localizada à Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro - Rio de Janeiro, CEP: 20031205 o que faz pelos motivos de fato e de direito que passa a expor para ao final requerer:

I-PRELIMINARMENTE

DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, cumpre obtemperar que o Requerente é pobre em conformidade com os ditames legais, de maneira que não tem condições de arcar com as custas judiciais sem que venha comprometer sustento bem como o da sua própria família.

Antes de adentrarmos ao mérito da presente lide, Autor requer a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, CF/88, bem como artigo 4º da Lei 1060/1950, tendo em vista que não possui condições financeiras de

*OSB-CE
32741*

arcar com ônus financeiro decorrente do processo, sem que ocasione prejuízo para o sustento e de sua família.

O princípio da isonomia também lhe garante tal súplica.

Por esta razão, REQUER que lhe seja concedida a **JUSTIÇA GRATUITA**.

DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Acrescenta-se ainda que as cópias juntadas aos presentes autos não encontram autenticadas por conta da impossibilidade do Autor arcar com as custas relativas à sua autenticação, posto encontrar-se em difícil situação financeira, de forma, o advogado que esta subscreve autentica os documentos que acompanham a petição inicial, nos termos do §1º, do artigo 544, do CPC, com a nova redação dada pela Lei n. 10.352/01 e ainda consoante **art. 365 do CPC "in verbis"**:

Art. 365: Fazem a mesma prova que os originais:
[...]

"IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autenticam pelo próprio advogado sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade."

II - BREVE RELATO FÁTICO

Os requerentes, Senhor e Senhora (pais do falecido em acidente de trânsito) **OSMEZINO BARROSO CORDEIRO** e **MARIA RODRIGUES CORDEIRO** biológico do de cujo falecido, Sr. **DOMINGOS RODRIGUES BARROSO**, brasileiro, solteiro agricultor, **falecido em 29 de dezembro de 2014 por volta das 23:30M (vide DOC anexo)**, que veio a **óbito no dia 30/12/14, às 05:00hs** (vide PEFOCE/CADAVÉR Livro 0979 pag. 274), no logradouro - estrada do PV de Novo Horizonte/Tururu (vide óbito em anexo).

Os Requerentes, (**OSMEZINO BARROSO CORDEIRO** e **MARIA RODRIGUES CORDEIRO**), **noticiaram o ocorrido** a Unidade de Polícia de Tururu precisamente no dia 30/12/2014, para prestar informação do ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

O ocorrido acontecera na **estrada do PV de Novo Horizonte em Tururu** como se relata: por volta das **23h:30min.** do dia 29/12/2014, o transeunte/vítima deslocava do PV de Novo Horizonte em direção da sede de Tururu, QUANDO foi colido por uma **MOTO**, cujo condutor era o Sr. FRANCISCO ROGERIO FREITAS MOTA, a MOTORISTA RONDA TORNADO 250, COR PRETA ANO DE FABRICAÇÃO 2007, DE PLACA HXR/2830 CHASSI 9R015772 (vide DOC), QUE O REFERIDO CONDUTOR ABALROOU A VÍTIMA e logo veio a óbito. (docs. Em anexos).

Neste ato, a vítima veio a óbito após ter sido socorrida por familiares conforme atesta a causa da morte **Politraumatismo após acidente de trânsito** (vide óbito em anexos).

Acosta aos autos documentação referente ao acidente (do requerente e da vítima - RG, CPF e ÓBITO) necessária ao pagamento do seguro, qual seja: Registro de Ocorrência expedido pela autoridade policial competente, **Certidão de Óbito** da vítima, Carteira de Identidade, e CPF da vítima (anexados), bem como a documentação relativa

aos
CO
cor
oS

col
pe
diz

aos beneficiários (pais): OSMEZINO BARROSO CORDEIRO e MARIA RODRIGUES CORDEIRO, qual seja, Carteira de Identidade, CPF, Comprovante de residência e bem como Conta-Poupança nº 57634-3, Agência 0748-013, sendo beneficiário da conta o Sr. Antônio Bernardo de Castro - o causídico desta ação.

Isto são os fatos.

III - DO DIREITO:

Em conformidade com o art. 3º da lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, senão vejamos o que nos diz este artigo:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: a. 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de morte.

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Asseveram, ainda, os artigos 2º, 4º e 5º da aludida Lei:

Art. 2º Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea "I" nestes termos:

Art. 20. (omissis).

I - "Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não."

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

§ 1º Para fins deste artigo, a companheira será equiparada à esposa, nos casos admitidos pela Lei Previdenciária; o companheiro será equiparado ao esposo quanto tiver com a vítima convivência marital atual por mais de cinco anos, ou, convivendo com ela, do convívio tiver filhos.

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguro.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque

nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias de entrega dos seguintes documentos.

Perfaz ainda ressaltar que entendimentos jurisprudenciais existem para que se possa comprovar que o seguro deve ser mantido e pago como meio de efetivação da justiça:

TJ-RS - Recurso Cível 71004872826 RS (TJ-RS)

Data de publicação: 04/08/2014

Ementa: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ÓBITO. NULIDADE DE SENTENÇA AFASTADA. AUSÊNCIA DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO QUE NÃO CONFIGURA CERCEAMENTO DE DEFESA. DEVER DA VÍTIMA DE OBTER OS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA COMPROVAÇÃO DA TESE. PRESCRIÇÃO NÃO CARCTERIZADA. ACIENTE OCORRIDO EM DEZEMBRO DE 1992, PELO QUE, INCIDE O PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 177 DO CC (20 ANOS), NÃO IMPLEMENTADO QUANDO DO AJUIZAMENTO DA LITIS. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. EXISTENTE NEXO CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE DE TRÂNSITO E A **MORTE DE FILHO DOS AUTORES**. É DEVIDO O PAGAMENTO DA **INDENIZAÇÃO**. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004872826, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Paulo Cesar Filippin, Julgado em 01/08/2014)

TJ-CE - Apelação APL 00507680720088060001 CE 00507680720088060001 (TJ-CE)

Data de publicação: 11/11/2015

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. MORTE DA VÍTIMA. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA, ILEGITIMIDADE PASSIVA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR REJEITADAS. INDENIZAÇÃO. ÚNICA BENEFICIÁRIA. **CÔNJUGE SOBREVIVENTE**. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 3º E 4º DA LEI 6.194/74 COM A REDAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO. SENTENÇA MANTIDA. APELO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO. 1. A teor do disposto no art. 4º, da Lei nº 6.194/74, vigente à época do acidente, a indenização no caso de morte seria paga, na constância do casamento, ao **cônjuge sobrevivente** e na sua falta, aos herdeiros legais, o que legitimou a autora a figurar no pólo ativo da demanda, sem necessidade de comprovação da qualidade de única herdeira. 2. A lei nº 6.194/74, com redação vigente à época do sinistro, dispõe que, em caso de **seguro obrigatório**, a indenização será devida por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operem com essa espécie de **seguro**. Não se pode olvidar que, no caso em tela, por se tratar de obrigação de natureza solidária, condição esta decorrente da própria lei, e não tendo a seguradora recorrente negado a sua participação no consórcio acima aludido, possui, em tese, legitimidade para ser demandada pelo pagamento do **seguro DPVAT**, no todo ou em parte. 3. O recebimento do valor oferecido pela seguradora, não significa que os beneficiários tenham dado plena quitação da indenização do **seguro obrigatório (DPVAT)**, porquanto devida a complementação do valor da indenização do **seguro obrigatório - DPVAT** aos beneficiários da vítima que faleceu em razão de acidente de trânsito, está expresso no artigo 3º, alínea "a", da Lei nº 6.194/74 aplicável à época do sinistro, ou seja, (quarenta) salários mínimos, não podendo a indenização ser paga baseada em Resolução do CNPS. 5. Sendo incontroverso nos autos a condição de **cônjuge sobrevivente** do **seguro DPVAT**, independentemente...

JESP Cível - Ação de Cobrança - Seguro Obrigatório (DPVAT) - Com a eficácia da nova Lei 11.482/2007, a indenização por seguro **DPVAT passou a ser paga**

com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro (art. 5º, §1º da Lei 6.194/74), Sentença mantida. (2ª Turma Recursal Rec. 0027.08.164417-4 - Rel. Dirceu Wallace Baroni. J. 10/09/08).



Assim, resta claro que os requerentes na qualidade de pais do falecido deverá ser indenizado pelo seguro, **como medida de direito**.

DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer o Promovente que Vossa Excelência digno-se de:

a) Determinar a citação da Requerida (seguradora) no endereço supracitado para, querendo, responder nos termos a presente ação, sob pena de revelia e confissão;

b) Determinar a intimação do representante do Ministério Público, para acompanhar a vertente ação na condição de fiscal do efetivo cumprimento da lei;

c) Julgar procedente o pedido, condenando a requerida ao pagamento integral do Seguro Obrigatório - DPVAT, conforme determinado em lei, no valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);

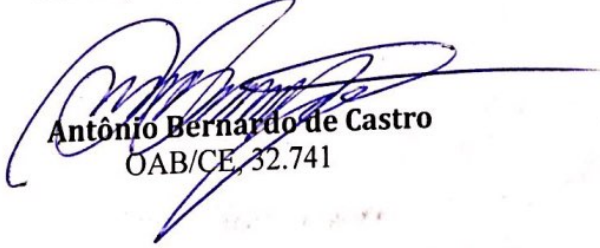
d) CONDENAR, ainda, a requerida ao pagamento das verbas de sucumbência, ou seja, custas e honorários advocatícios, estas na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, os quais deverão ser revertido ao **ADVOGADO/OAB 32.741, Banco do Brasil, Ag. Nº. 4162-9, Conta Corrente nº. 7.192-7;**

e) requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser hipossuficiente nos termos do art. 4º, da Lei 1.060/50, pois o autor é pessoa pobre na acepção jurídica do termo e não podem arcar com a custa e despesas processuais sem prejuízo alimentar próprio ou de sua família.

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em Direito, especialmente depoimento pessoal do promovido, sob pena de confesso, juntada de documentos, ora realizada e ulterior, caso necessário, **oitiva de testemunhas**, bem como qualquer outra providência que Vossa Excelência, considere indispensável à resolução da lide, ficando tudo de já requerido.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para efeitos fiscais.

Nestes Termos,
Pede deferimento.
Tururu/CE, 21 de novembro de 2017.


Antônio Bernardo de Castro
OAB/CE, 32.741

PROCURAÇÃO AD - JUDICIA



processo nº _____

OUTORGANTE(S) OSMEZINO BARROSO CORDEIRO, CPF: 351.763.

03-00, RESIDENTE NO PV. ALTOS DOS CORNEIROS, CENTRO
DE TURURU, ESTADO DO CEARÁ.

OUTORGADO: ANTONIO BERNARDO DE CASTRO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 32.741 telefones: (85) 3358.2024 / 992047470, 987533588 e E-mail bernardocastro0612@gmail.com. Com escritório/Av. Duque de Caxias, 379 - Centro - Itapipoca/CE e na Rua José Gomes da Silva nº 66, Tururu-CE, CEP: 62.657-000, **EM CUJO ENDEREÇO RECEBERÁ AS INTIMAÇÕES NECESSÁRIAS**, a quem os entes outorgantes concedem os mais **ampos e ilimitados poderes** com as cláusulas EXTRA e AD-JUDICIA para o **foro em geral**, bem com juntamente a autarquia federal - INSS, para com esta ou xerocópia desta devidamente autenticada se apresentar, representá-lo legalmente e para todos os efeitos perante as **agências bancárias em geral, bem como receber e/ou sacar em nome (s) do (s) outorgante (s) pagamento (s) de RPV-referencial de pequeno valor bem como em qualquer outra espécie de saque, referente aos Processos do Juizado Especial Federal -JEF bem como em qualquer outra instancia da Justiça Comum**, esta se estende as empresas públicas federais, estaduais ou municipais, bem como defendê-lo em qualquer ação em que seja autor, réu, assistente, oponente ou de qualquer modo interessado, podendo interpor todos os recursos em direito permitidos; propor qualquer ação e dela variar, desistir e receber alvará judicial, acompanhando-a em todos os seus termos até o final, em qualquer instância ou tribunal; entrar em acordo, agravar, apelar de qualquer despacho ou sentença; transigir, firmar compromissos, passar recibo e dar quitação, renunciar poderes e, finalmente, tudo o mais praticar, requerer e assinar para o completo e fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Os poderes concedidos por intermédio deste instrumento serão usados pelo outorgado na conformidade de sua contratação e objeto da respectiva causa.

Osmezino Barroso Cordeiro


REQUERENTE (S)


32741

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

DECLARANTE(S):

OSMEZINO BARROSO CORDEIRO, CPF. 357.763.763
003-00, RESIDENTE NO PV. DE ALTO 203 CAMETÁ
CENTRO. DESTA CIDADE DE TURVU, ESTADO DO CA

DECLARAMOS, com fins de pleitear os BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, não possuindo condições financeiras de arcar com as despesas da justiça, em especial as custas processuais, sem prejuízo de meu próprio sustento e de minha família, nos termos do previsto no inciso LXXIV, art. 5º da Constituição Federal e do parágrafo único, do artigo 4º da Lei nº. 1.060/50.

TURVU-21/NOV/2017


DECLARANTE

Osmezinho Barroso Cordeiro

[Handwritten signature]
32444

PROCURAÇÃO AD - JUDICIA



Processo nº

OUTORGANTE(S) MARIA RODRIGUES CORREIA, CPF: 518.124.
443-20, Residente no PV. de ALTOS DOS CORREIROS,
Centro, NESTA CIDADE DE TURURU-CEARÁ.

OUTORGADO: ANTONIO BERNARDO DE CASTRO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 32.741 telefones: (85) 3358.2024 / 992047470, 987533588 e E-mail bernardocastro0612@gmail.com. Com escritório/Av. Duque de Caxias, 379 - Centro - Itapipoca/CE e na Rua José Gomes da Silva nº 66, Tururu-CE, CEP: 62.657-000, **EM CUJO ENDEREÇO RECEBERÁ AS INTIMAÇÕES NECESSÁRIAS**, a quem os entes outorgantes concedem os mais **amplios e ilimitados poderes** com as cláusulas EXTRA e AD-JUDICIA para o **foro em geral**, bem com juntamente a autarquia federal - INSS, para com esta ou xerocópia desta devidamente autenticada se apresentar, representá-lo legalmente e para todos os efeitos perante as **agências bancárias em geral, bem como receber e/ou sacar em nome (s) do (s) outorgante (s) pagamento (s) de RPV-referencial de pequeno valor bem como em qualquer outra espécie de saque, referente aos Processos do Juizado Especial Federal -JEF bem como em qualquer outra instancia da Justiça Comum**, esta se estende as empresas públicas federais, estaduais ou municipais, bem como defendê-lo em qualquer ação em que seja autor, réu, assistente, oponente ou de qualquer modo interessado, podendo interpor todos os recursos em direito permitidos; propor qualquer ação e dela variar, desistir e receber alvará judicial, acompanhando-a em todos os seus termos até o final, em qualquer instância ou tribunal; entrar em acordo, agravar, apelar de qualquer despacho ou sentença; transigir, firmar compromissos, passar recibo e dar quitação, renunciar poderes e, finalmente, tudo o mais praticar, requerer e assinar para o completo e fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Os poderes concedidos por intermédio deste instrumento serão usados pelo outorgado na conformidade de sua contratação e objeto da respectiva causa.

Tururu-CE, 21/nov/2017

Maria Rodrigues Correia



REQUERENTE (S)

Handwritten signature and initials, possibly "J.B. 32741".

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

DECLARANTE(S):

Maria Rodrigues Renteria
Residente no PV. ALTO DOS GRATUOS
Nesta cidade de TURNO, Estado de Ceará

DECLARAMOS, com fins de pleitear os BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, nas condições financeiras de arcar com as despesas da justiça, em especial as custas processuais, sem prejuízo de meu próprio sustento e de minha família, nos termos do previsto no inciso LX art. 5º da Constituição Federal e do parágrafo único, do artigo 4º da Lei nº. 1.060/50.

TURNO, CE, 21/NOV/2017

Maria Rodrigues Renteria



OK 325741

443-20

A, não poss
cessual
iso LXIV

017
Conde

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Maria Rodrigues Cordeliro
ASSINHAÇÃO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

1142084-86
10-08-86
MARIA RODRIGUES CORDEIRO
Francisco Rodrigues Barreto
Francisca Joaquina dos Santos
Uruburetama-CE.
30.12.33
DATA DE NASCIMENTO
Cert.Cas.04,Fls.63v e 64,
Lv.B-13 Cart. de Uruburetama-CE

U.B.S. JO. CAMERAS

*Inte
322W*

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO IDENTIFICATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO TABELAMENTO DE PESSOAS FISICAIS - CPF E
DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS
PARA QUALQUER ATIVIDADE DE MATRIZAGEM, PRODUÇÃO E UNIDADE LÍQUIDA DA SECRETARIA
DA RECEITA FEDERAL

CARDIUM DO AGENTE EMissor

03.1.01.00-2
21/01/90
DRF - FORTALEZA - CE

PEDRO ROGERIO DE SOUZA
MATEMÁTICA - TAPPOCA-CE

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO PARTICIPANTE OBTENTADO POR EMISSÃO
APROVADA POR INTERMÉDIO NOTURNO DO SIF

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
518124443 20
MARIA RODRIGUES CORDEIRO
30.12.1933
ASSINATURA

TERÁ VALIDADE INDEFINIDA COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

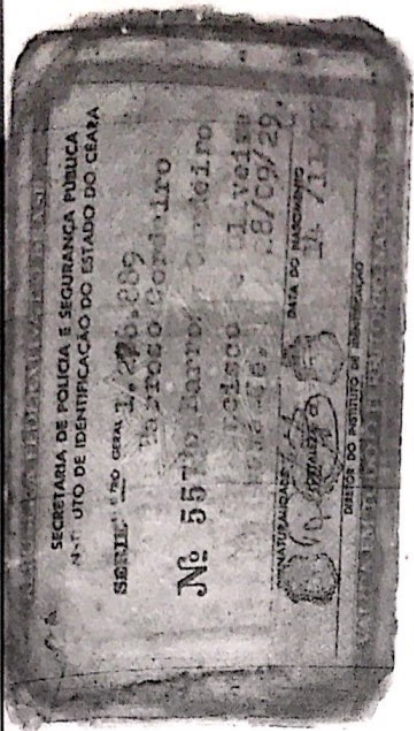
*Inte
322W*

CPF: 518.124.443-20

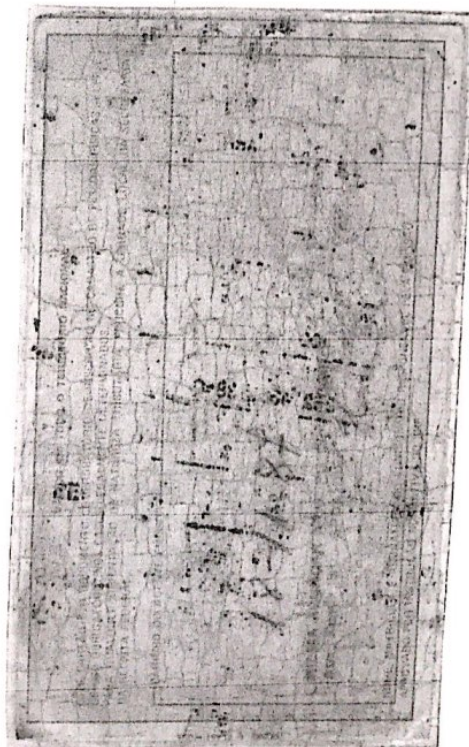




048-cc
32741



RG: 1.270.889



048-cc
32741



CPF: 357.763.803-00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CASAMENTO N.º 04

CERTIFICO que as folhas 631-64 do livro N.º B-13 de registro de casamentos, foi encontrado hoje o assento do matrimônio de Osmezzine Barroso Cordeiro e Maria Rodrigues Barreto, perante o juiz José Nelson da Oliveira e Lúcio Duarte do Nascimento e as testemunhas José Nelson da Oliveira e Lúcio Duarte.

Ele, nascido em Uruburetama, Ceará, em maio de 1928, profissão agricultor, aos 28 de Uruburetama, filho de Osmezzine Barroso Cordeiro, nascido em Uruburetama, domiciliado em Uruburetama, e residente em Uruburetama, Josefa Francisca da Oliveira, nascida em Uruburetama, domiciliada em Uruburetama, e residente em Uruburetama, aos 30 de dezembro de 1933, profissão doméstica, domiciliada em Uruburetama, e residente em Uruburetama, filha de Francisco Rodrigues Barreto, nascido em Uruburetama, domiciliado em Uruburetama, e residente em Uruburetama, e Francisca Joaquina dos Santos, nascida em Uruburetama, domiciliada em Uruburetama, e residente em Uruburetama, a qual passa a assinar-se MARIA RODRIGUES CORDEIRO.

Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180 Ns. I, II e III do Código Civil.

Observações: 1. Casamento realizado em 15 de agosto de 1953.

O referido é verdade e dou fé. 15 de agosto de 1953.

CARTELA
Cód. 15127

32-741

ANTONIO PINTO MESQUITA
ESC. COMP. 15127

SECRETARY

32741



Registro No.: **547490** Em: 02/01/2015
Livro.: 0979 Pág.: 274 Digitador: RICARDO
Enviar para: **DELEGACIA MUN. DE TURURU**

Cadavérico

Em 30 de Dezembro do ano de 2014, nesta cidade de Fortaleza, e nas dependências da Coordenadoria de Medicina Legal, pelo Dr. Helena Maria Barbosa Carvalho Foi designado o perito:

Philippe Vasconcelos Mota Maia CREMEC Nº: 6227

para procederem a exame de corpo de delito (cadavérico) em um corpo recebido no Necrotério às 12:12 de 30/12/2014 e identificado como sendo de:

Domingos Rodrigues Barros

conforme informações contidas na Guia Policial de nº 5974 / 2014, emitida pelo (a)

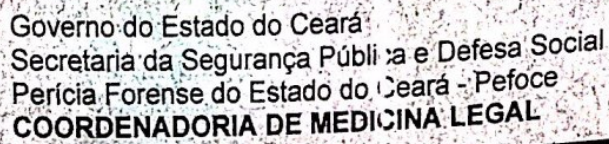
07º DISTRITO POLICIAL

e que o acompanhava, após descreverem com a verdade e com todas as circunstâncias, o que encontrarem, descobrirem e observarem, responderem aos seguintes quesitos:

PRIMEIRO - Houve morte?; **SEGUNDO** - Qual a causa da morte?; **TERCEIRO** - Qual o Instrumento ou meio que produziu a morte?; **QUARTO** - Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura ou por outro meio insidioso ou cruel? (Resposta Especificada).

Em consequência, às **15:00** hs de **30/12/2014** passou o perito a fazer o exame ordenado e as investigações que julgou necessárias, findo os quais declara:

HISTÓRICO: Às 12:05 horas do dia 30/12/2014 deu entrada no necrotério da Coordenadoria de Medicina Legal - PEFOCE o corpo de um homem que teria sido vítima de uma ocorrência de trânsito no dia 29/12/2014 por volta das 23:30 horas e vindo a falecer no dia 30/12/2014 às 05:00 horas no Hospital Municipal de Tururu, conforme informações contidas na guia policial nº 107-5974/2014 expedida pela Delegacia do 7º Distrito Policial que o acompanha e identifica. **IDENTIFICAÇÃO CADAVERICA:** Trata-se de um corpo do sexo masculino, cor parda, com leve obesidade, idade aparente em torno de 45 anos, cabelos castanhos escuros, olhos castanhos escuros, bigode e barba por fazer, prótese dentária total na arcada superior e dentes mal conservados na arcada inferior, trajando camiseta branca, bermuda jeans preto desbotado, cinto cinza e cueca tipo boxer verde. **TANATOLOGIA:** Apresenta insensibilidade e imobilidade corporais, midríase parálitica, rigidez cadavérica generalizada, livores de hipóstase de decúbito dorsal, hipotermia e ausência de quaisquer sinais ou manifestações vitais. **EXAME EXTERNO:** Observa-se otorrágia (saída de sangue pelo ouvido) à direita; ferida contusa bifurcada com cerca de 7,0 (sete) cm de comprimento no maior eixo no pé direito; escoriações em placas na região frontal à esquerda, fossa ilíaca direita, regiões dorsal, lombar e flanco direito, ombro direito, cotovelos, antebraços, coxa, joelho e perna direitos e nos dorsos dos pés; fraturas feciadas dos terços inferiores dos ossos da perna direita (tíbia e fíbula); equimoses violáceas no glúteo esquerdo e coxa direita; feridas puntiformes compatíveis com punções de acessos venosos nas pregas dos cotovelos. **EXAME INTERNO:** Realizada incisão binastóideia, rebatido o couro cabeludo e aberta a caixa craniana, observam-se hematomas subgaleais nas regiões temporais; fratura linear nos ossos temporal, parietal e occipital à direita; hematomas subdural e subaracnóideo; edema cerebral; fraturas dos ossos da fossa anterior da base do crânio; fraturas da porção basal e do rochedo temporal direitos (fossa média direita da base do crânio). Realizada incisão



toracoabdominal mediana e retirado o plastrão condroesternal, observam-se quinta e sexta costelas direitas (regiões anteriores); ausência de hemotórax; coração íntegros; hemoperitônio; roturas lineares parenquimatosas no lobo fígado; rotura do polo inferior do baço; hematoma retroperitoneal à direita; rotura do fígado direito. Foi colhida amostra de sangue para exame de alcoolemia e encaminhada para o Laboratório de Toxicologia da Coordenadoria de Análises Laboratoriais Forenses – CALF/PEFOCE. CONCLUSÃO: Diante do exposto, conclui-se tratar-se de morte real por politraumatismo (trauma cranioencefálico e traumatismo abdominal fechado com roturas viscerais).

1- SIM;
2- POLITRAUMATISMO;
3- CONTUNDENTE;
4- NÃO.

Philippe Vasconcelos Mota Maia
1º Perito CREMEC Nº.6227





ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DPM/UNIDADE POLICIAL DE TURURU
RUA MARIA GLÓRIA DA CONCEIÇÃO - Nº 175-CENTRO-TURURU
DPI/ UNIDADE DE POLÍCIA CIVIL - TURURU - Fone: 085-3358-1063



TERMO DE EXIBIÇÃO E APREENSÃO

Aos 30 (trinta) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e catorze (2014). Nesta cidade de Tururu, Estado do Ceará, na sede da Unidade Policial Civil de Tururu, às 10h00min onde presente se achava o Bel. Marcos Aurelio Elias de França, Delegado de Polícia Civil, Titular da Delegacia Regional de Itapipoca, respondendo por esta Unidade, comigo, escrivão de seu cargo, ao final assinado, si compareceu - o Sr. JEFERSON DE ARAÚJO MENEZES, brasileiro, casado, Policial Militar, Soldado, portador do RG 587.360-1-5, natural de Tururu/CE, nascido aos 19.08.1988, filho de José Maria Sales Menezes e de Ana Clécia Virgínia Araújo, com instrução ensino superior incompleto, podendo ser encontrado no 11º Batalhão de Polícia Militar, na AV Anastácio Braga, 3003, Cacimbas, Itapipoca/CE.

O qual exibiu à autoridade uma motocicleta marca: HONDA TORNADO 250, de cor PRETA, placa HXR-2855, ano FAB. 2007, chassi 9C2MD34007R015772; Apreendida por ocasião após um acidente transito com vítima fatal, ocorrido no dia 29 de dezembro de 2014, por volta das 23h, na localidade de Melancias, e que a mesma estava sendo pilotado pelo sr. FRANCISCO ROGERIO FREIRES MOTA, epíteto "Rogerio". Em seguida, pela mesma Autoridade foi ordenado que se fizesse a apreensão do referido veículo, o que foi feito. Nada mais havendo a tratar, mandou a autoridade encerrar este termo, que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, escrivão, o digital.

Autoridade: _____

Exibidor: X JEFERSON ARAÚJO MENEZES

Escrivão: _____



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DO INTERIOR – DPI
UNIDADE POLICIAL DE TURURU/CE



ORDEM DE SERVIÇO

O Bel. Rômulo Américo Lessa, Delegado de Polícia Civil, por nomeação legal, no uso de suas atribuições legais, Etc.

DETERMINA ao Inspetor de Polícia Civil, lotado na Unidade da Polícia Civil de Tururu/CE, promova diligência visando descobrir outras testemunhas que tenham porventura visto o atropelamento que culminou na morte do Sr. Domingos Rodrigues Barroso, bem como lesionou a Sra. Maria da Conceição Nascimento de Sousa, fato este ocorrido no dia 29 de dezembro de 2014, ocorrido na Localidade de Melancias, zona rural de Tururu-CE, quando Francisco Rogério Freitas Mota pilotava a motocicleta Honda Tornado 250, de cor preta, placa HXR 2855, trazendo na garupa a então namorada Maria da Conceição Nascimento de Sousa, tendo atropelado fatalmente o ciclista Domingos Rodrigues Barroso.

Deverá o responsável pelo cumprimento da O.S. fornecer relatório circunstanciado do que for apurado quanto à existência de testemunhas que tenham visto ou não o fato.

A presente O.S. visa cumprir a cota ministerial de fls. 76 dos autos do processo.

CUMPRA-SE

Tururu/CE, 24 de novembro de 2016

Bel. Rômulo Américo Lessa
Delegado de Polícia

Recebi em ____/____/____.

Policial encarregado da Ordem de Missão.



CPF: 776.615.838-72
NOS. 7/9/1983

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODOS
O TERRITORIO NACIONAL
692412766

PROIBIDO PLASTIFICAR
692412766

DOC. IDENTIFIC. ORG. EMISSOR W
95024000490 SSP

CP
776.615.838-72 DATA
07/09/1983

CELESTE BENICIO DE
MOURA FREIRE
SANTA DALVA EHRCH
FREIRE

04043965968

27/09/2017 09/02/2007

SEM OBSERVACAO

DATA EMISSAO
28/11/2002

DETRAN-CE (CEARA)

PEU e CONDUTOR DA MOTO: RONDA TORNADO 250,
PRETA, PLACA HXR-2855, ANO FAB. 2007,
CHASSI: 9C2MD34007R015772.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE TURURU
VARA UNICA VINCULADA DE TURURU**



Data - Hora
5/2/2018 - 8:34

Termo de Registro e Autuação



data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo minado.

Dados Gerais do Processo

Colo Único	29-15.2018.8.06.0216 / 0 PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
umes	1
ção	05/02/2018
co(s)	ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA
	SEGURO
za	CÍVEL
ratuita	SIM
o de Justiça	NÃO
ntação/Preparo	Pobre
tência	VARA ÚNICA / 1A. VARA - INTERIOR

Partes

rente : OSMEZINO BARROSO CORDEIRO
rente : MARIA RODRIGUES CORDEIRO
ido : SEGURADORA LIDER (CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT)

VARA UNICA VINCULADA DE TURURU (COMARCA VINCULADA DE TURURU), 5 de Fevereiro de 2018

Responsável



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE TURURU



PROCESSO Nº 59-84.2017.8.06.0216/0

DESPACHO

Defiro o pedido de justiça gratuita, nas formas do art. 99, §3º, do Novo Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se na sua devida forma, atendendo aos requisitos previstos no art. 319 do Novo Código de Processo Civil Brasileiro.

Sendo assim, recebo a petição inicial para os seus devidos fins.

Por se tratar de causa que admite a autocomposição, sendo certo que o autor não fez expressa opção pela não realização de audiência inaugural de conciliação (inciso VII, do art. 319, NCPC), designo Sessão de Conciliação para o dia ____/____/____, às ____:____hs, atendendo à prévia antecedência de 30 (trinta) dias do ato de ajuizamento.

Cite-se a parte ré com antecedência de até 20 (vinte) dias para a sessão de conciliação e mediação supra-designada (art. 334, *caput*, CPC).

Intimem-se as autoras na pessoa do seu advogado (CPC, art. 334, § 3º).

Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogado, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por procuração específica, com poderes especiais

para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10).


Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, *caput*), terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I).

Se o réu não ofertar contestação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344).

Presidirá a Sessão de Conciliação Conciliador lotado neste Juízo (art. 334, § 1º, NCPC).

Publique-se. Intime-se.

Tururu-CE, 04 de maio de 2018.


JOSÉ CLEBER MOURA DO NASCIMENTO
Juiz de Direito



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMARCA VINCULADA DE TURURU



DESPACHO, EM CORREIÇÃO INTERNA

- () Aguarde-se o recolhimento das custas processuais, em 30 (trinta) dias (CPC, art. 257)
- () Ordene a citação do(s) promovido(s) para, querendo, oferecer resposta no prazo legal.
- () Defiro a gratuidade. Cite(m)-se o(s) réu(s), para oferecer resposta.
- () Suspendo o processo (art. 265, CPC). Intime(m)-se o(s) autores(s)/embargante(s)/réu(s) para regularizar a representação processual, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de indeferimento da inicial.
- () Manifeste-se o requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o pedido de liminar/antecipação dos efeitos da tutela. Intimem-se. Publique-se.
- () Arquivem-se os autos com baixa.
- () Vista ao Ministério Público, para manifestação legal.
- () Recebo os embargos do devedor/de terceiro. Suspendo os autos principais. Certifique-se. Vista ao embargado, para impugnar, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 920 do NCPC). Intime-se. Publique-se.
- () Vista ao credor/Fazenda Pública com carga ou remessa dos autos, para manifestar o que entender de direito.
- () Determino a intimação pessoal da parte autora para, em 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no feito, sob pena de extinção.
- () Defiro o pedido da Fazenda Pública e suspendo o processo de execução, por 1 (um) ano, na forma do art. 40, *caput*, da Lei n.º 6830/80.
- () Determino o arquivamento, sem baixa, da execução fiscal, na forma do art. 40, § 2.º da Lei n.º 6830/80.
- () Suspendo o processo de execução, por 1 (um) ano, na forma analógica do art. 40, *caput*, da Lei n.º 6830/80
- () Manifeste(m)-se o(s) embargante(s) sobre a impugnação. Publique-se.
- () Recebo a apelação em seus efeitos regulares. Vista ao apelado, para contrarrazões. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.
- () Recebo a apelação em seus efeitos regulares. Ordene a citação do apelado para responder ao recurso (art. 285-A, § 2.º, CPC). Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.
- () Sobre a impugnação à execução manifeste-se a parte credora no prazo de 15 (quinze) dias.
- () Intime-se a Fazenda Pública, nos termos e para os fins do art. 535 do NCPC. Fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução.
- () Cite-se a Fazenda Pública, nos termos e para os fins do art. 910 do NCPC.
- () Intimem-se o INSS, nos termos e para os fins do art. 535 do NCPC.
- () Cite(m)-se o(s) executado(s), para pagar(em), no prazo de 3 (três) dias, o valor apresentado pela exequente à(s) fl(s)_____, ou nomear bens à penhora.
- () Expeça-se mandado de penhora, avaliação, intimação e remoção.
- () Defiro a requisição eletrônica de bens do(s) devedor(es). Requisite-se via BACENJUD.
- () Anote-se a cláusula de impenhorabilidade/intransferibilidade no RENAJUD, com requerido.
- () Consulte-se o CPF via INFOJUD.
- () Manifeste-se a parte contrária sobre a impugnação ao valor da causa. Intime-se.
- () Manifeste-se a parte exequente sobre a(s) peça(s)/documento(s)/certidão de fl(s)_____. Intime-se. Publique-se.
- () Intimem-se autor (a), réu (ré) e Ministério Público para que, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, se lhes aprover, apresentem memoriais escritos.
- () Intimem-se. Publique-se.
- () Cumpra-se o despacho de fl(s) 16
- () Sobre a(s) contestação(ões) manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias.
- () Devolva-se ao juízo deprecante, em face da não remessa das cópias necessárias ao cumprimento do ato (CPC, art. 202, II e § 1º).
- () Designo a data de ____/____/____, às ____:____hs para a realização do ato deprecado. Intimem-se. Comunique-se ao juízo deprecante.
- () Designo a data de ____/____/____, às ____:____hs para a realização de audiência de conciliação. Cite-se e Intime-se.
- () Designo a data de ____/____/____, às ____:____hs para a realização de audiência de entrevista. Intimem-se.
- () Defiro o(s) pedido(s) de fl(s)_____. Cite-se, no endereço indicado e na forma requerida/Oficie-se/Intime-se.
- () Defiro o(s) pedido(s) de fl(s)_____. Oficie-se na forma requerida.
- () Oficie-se ao INSS/CAGED/justiça eleitoral/SFR/concessionárias de telefonia fixa e móvel a fim de localizar o réu/promovido.
- () Retire-se o ofício de fl._____.
- () Manifeste-se a parte credora sobre a exceção de pré-executividade no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Publique-se.
- () Vista à Fazenda Pública, sobre os cálculos, em 10 (dez) dias. Publique-se/Encaminhem-se os autos.
- () Intime-se a parte credora para juntar planilha atualizada de cálculos, em 10 (dez) dias. Publique-se.
- () Sobre o embargo de declaração ouça-se a parte embargada em 05 (cinco) dias. Publique-se.
- () Aguarde-se a prisão do executado. Suspendo os autos por 180 (cento e oitenta) dias.
- () Cumpra-se o mandado.
- () Expedientes necessários.
- () Autos em correição. À conclusão para impulso oficial.
- () Autos em correição. À conclusão para julgamento.
- () Oficie-se à Secretaria de Ação Social para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente relatório social do caso.

CE, 04 de maio de 2018.

JOSÉ CLEBER MOURA DO NASCIMENTO
Juiz de Direito

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE TURURU
ESTADO DO CEARÁ.

Processo nº 29-15.2018.8.06.0216/0
AÇÃO ORDINÁRIA DPVAT

Estado do Ceará
Poder Judiciário
Comarca Vinculada de Tururu
Recebido e protocolado em nº 42912018
Tururu/CE, 14 de 08 de 18
Encarregado do Protocolo
Mayana

OSMEZINO BARROSO CARNEIRO e outros, já qualificados, por
conduto de seu advogado, in fine assinado, tecendo o máximo de respeito e súpero
acatamento, vem, ante a digna e honrada presença de V. Exa. (doc. De procuração e
outros em anexo) **JUNTAR AOS AUTOS DESTES PROCESSOS CÓPIA DE ÓBITO.**

Passa-se a demonstrar:

Excelência, os autores pede para juntar aos autos desta ação de DPVAT cópia
de óbito.

DO EXPOSTO

Pede a juntada de cópia de óbito neste processo supramencionado.

N. termos,
P. e espera **DEFERIMENTO.**
Tururu/CE, 5 de julho de 2018.

Antônio Bernardo de Castro
Antônio Bernardo de Castro
OAB/CE, nº 32.741

CARTÓRIO IRINEU
OFÍCIO DE NOTAS
E REGISTROS



PROIBIDO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Secretaria de Vaz
"Válido Somente com o
Selo de Autenticidade"

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME: DOMINGOS RODRIGUES BARROSO

MATRÍCULA: 0206100155 2018 4 00005 126 0002293 66

SEXO MASCULINO COR ***** ESTADO CIVIL E IDADE SOLTEIRO, COM 46 ANOS DE IDADE

NATURALIDADE URUBURETAMA-CEARÁ DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO 93005009570, SSP-CE ELEITOR *****

FILIAÇÃO, PROFISSÃO E RESIDÊNCIA
OSMEZINO BARROSO CORDEIRO e MARIA RODRIGUES CORDEIRO.
Residente em Tururu-Ceará.

DATA E HORA DE FALECIMENTO
Trinta de dezembro do ano de dois mil e catorze, às 05:00H. DIA 30 MÊS 12 ANO 2014

LOCAL DE FALECIMENTO
Em TURURU-CE.

CAUSA DA MORTE
Politraumatismo.

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO) Cemitério Público de Tururu-Ceará. DECLARANTE *****

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO
Não consta no Mandado.

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Óbito registrado no Livro C-05, às Fls. 126, Nº de ordem 2.293. O(a) falecido(a) não deixa bens a inventariar, não deixa filhos. Selo de Autenticidade

08 - REGISTRAL CIVIL
Nascimento e Óbito
Nº AD 315609 VFZZ

CARTÓRIO IRINEU-OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS
CNPJ/MF 03.299.167/0001-93.
Rua Raimundo Salviati, 257, Centro, Tururu-CE.Cep: 62 655-000
Tel:(85)33581132/92178457, E-mail: cartorioirineutururu@yahoo.com.br
Efraim FARIAS IRINEU CASTRO

Tabelião Titular
FRANCISCA ELIENE DE SOUSA CASTRO
Tabelião Substituta
ANDERSON DE SOUSA CASTRO
Escrivente Autorizado

32 Jul



O conteúdo da certidão é verdade. Dou fê.
Tururu-Ce., 09 de agosto de 2018.

Official do Registro Civil
Efraim Farias Irineu Castro
CPF: 417.072.143-87
TITULAR

"Válido Somente com o
Selo de Autenticidade"



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Uruburetama

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, entre blocos, nível 0B-Oeste
Fone: (85) 3492 8030/8032, Fortaleza-CE - E-mail: cejuscfcb@tjce.jus.br



CERTIDÃO

Processo nº: 0000029-15.2018.8.06.0216
Apenso: Processos Apenso << Informação indisponível >>
Classe - Assunto: Procedimento Comum - Assistência Judiciária Gratuita
Requerente: Maria Rodrigues Cordeiro e Osmezinho Barroso Cordeiro

Certifico que foi designada a audiência de preliminar nos autos da ação supra para o dia **06 de maio de 2019, às 11h20**, no Fórum da Comarca vinculada de Tururu-CE.

O referido é Verdade e dou fé.

Uruburetama/CE, 18 de fevereiro de 2019.


MARCIO GLAYDSON ONOFRE DE SOUZA
A Disposição



CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0018/2019, encaminhada para publicação.

Advogado
Antônio Bernardo de Castro (OAB 32741/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Conciliação Data: 06/05/2019 Hora 11:20 Local: Sala de Audiência Situação: Pendente"

Do que dou fé.
Uruburetama, 27 de fevereiro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Uruburetama
Vara Única da Comarca de Uruburetama
Av Major Sales, S/N, Centro - CEP 62650-000, Fone: (88) 3353-1155, Uruburetama-CE - E-mail:
uruburetama@tjce.jus.brUruburetama



CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: 0000029-15.2018.8.06.0216
Apenso: Processos Apenso << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Assistência Judiciária Gratuita
Requerente: Osmezino Barroso Cordeiro e outro
Requerido: Seguradora Lider (consorcios do Seguro Dpvt)

Prezado(a) Senhor(a) Seguradora Lider (consorcios do Seguro Dpvt)

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Jose Cleber Moura do Nascimento**, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Uruburetama da comarca Uruburetama/CE, conforme disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial e documentos poderá ser consultada no sistema processual e-SAJ por meio de senha de acesso aos autos digitais (senha em anexo), sendo parte integrante desta carta, bem como **INTIMAÇÃO** para comparecer à audiência de conciliação marcada para o dia 06/05/2019 às 11:20h, na sala de audiências do Fórum de Tururu/CE, podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10), e advertindo-se que o prazo contestatório, de 15 dias, contar-se-á conforme o artigo 335 do mesmo Código, tudo sob pena de revelia e de presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor no pedido inicial.

Adverta-se também que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

Uruburetama/CE, 26 de fevereiro de 2019.

Rogelma C. O. Moraes
Rogelma Cunha Oliveira Moraes
Supervisora de Unidade Judiciária

AE 3440-113
VÁLIDO SOMENTE COM
SELLO DE AUTENTICIDADE

A.
Seguradora Lider (consorcios do Seguro Dpvt)
Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro
Rio De Janeiro-RJ
CEP 20031-205